

Global Reparation Justice - Edna Roland

É impossível combater os racismos sem uma ação global, financiada e com o engajamento de todos os Estados. A Declaração e o Programa de Ação de Durban, em 2001, estabeleceram a relação entre a escravidão e o tráfico de seres humanos escravizados, de um lado, e o racismo e a discriminação racial, de outro: foram reconhecidos como causas e resultado. Temos hoje 8 bilhões de habitantes no mundo e quase 18% está em África. Há cerca de 200 milhões de afrodescendentes vivendo nas Américas, 20% da população total, dos quais 120 milhões no Brasil. O termo afrodescendente foi proposto por mim na Conferência Regional de Santiago do Chile, preparatória à Conferência de Durban. Há uma estimativa de 8 milhões de afrodescendentes residindo na Europa, o que corresponde a cerca de 1% da população europeia. No mundo inteiro, seja como descendentes de vítimas da escravidão e do comércio transatlântico de seres humanos para serem escravizados ou como migrantes recentes, essas pessoas enfrentam uma série de restrições de direitos e dignidade cujo enfrentamento deve ser priorizado pelo orçamento dos Estados e da comunidade internacional. A Oxfam em 2023 apontou em relatório de pesquisa que o mundo gerou 42 trilhões de dólares em dois anos, dos quais 2/3 terços ficaram nas mãos de 1% da população mundial. A pesquisa chama a atenção para o crescimento exponencial da desigualdade no mundo, sinalizando para a necessidade de adoção de medidas urgentes contra a expansão da pobreza. Na última década, o 1% mais rico do mundo acumulou, aproximadamente, 50% da riqueza mundial. A Oxfam estima que as fortunas bilionárias crescem atualmente 2,7 bilhões de dólares por dia. Enquanto isso, 1,7 bilhão de trabalhadores vivem em países onde a inflação cresce acima dos seus salários e 760 milhões vivem em pobreza extrema, cerca de 10,5% da população mundial (de acordo com o Banco Mundial, a pobreza extrema é definida como a renda inferior a US\$1,90). A Oxfam defende, desse modo, a implementação de um imposto geral de até 5% sobre as fortunas dos mais ricos, o que poderia gerar até 1,7 trilhão de dólares todos os anos e retirar 2 bilhões de pessoas da pobreza, que nos países com relevante população afrodescendente têm uma raiz em comum: a escravização negra antiga. Ao longo de mais de três séculos, navios portugueses e brasileiros embarcaram escravos em quase 90 portos africanos, fazendo mais de 11,4 mil viagens negreiras, sem esquecer os ingleses. Dessas viagens, 9,2 mil tiveram como destino o Brasil. Assim, independentemente de quem foram os culpados pela escravização negra antiga, não há dúvidas de que os 4,9 milhões de africanos trazidos para serem escravizados no Brasil, e seus descendentes, são as vítimas. E essa conclusão tem paralelo em vários outros Estados e nas suas populações, vitimadas pelos processos de colonização e por suas estratégias. Creio que não há nenhuma reparação pecuniária que possa realmente resolver os danos incalculáveis da escravidão no mundo, mas, há experiências que precisam ser conhecidas. O Reino Unido, em 2013, foi obrigado judicialmente a pagar 23 milhões de euros ao povo Mau Mau, no Quênia, a 5 mil sobreviventes e fez um pedido de perdão formalmente. O Burundi anunciou queixa formal contra Alemanha e Bélgica e um pedido de indenização de 36 bilhões de euros e devolução de objetos. Alguns países chegaram a ter gestos simbólicos como a devolução de objetos roubados e pedidos de desculpas, mas, outros seguem sem assumir suas responsabilidades. Na América Central e Caribe, o exemplo é a Comissão de Reparações da Caricom, um bloco de cooperação política e econômica entre 15 países e 5 territórios do Caribe. Alguns descendentes de famílias britânicas, que escravizaram pessoas negras no passado colonial, criaram o órgão “Herdeiros da Escravidão” para promover ações de reparação histórica pelos atos de seus antepassados. Em 2022, a Universidade de Harvard destinou US\$ 100 milhões para a criação de um fundo de doação para financiar programas, projetos e pesquisas sobre educação e a memória do período escravagista dos Estados Unidos, por ter se beneficiado diretamente da exploração racial. A

cidade de Evanston, no estado de Illinois, nos Estados Unidos, tornou-se a primeira a pagar restituições em dinheiro a pessoas afrodescendentes como reparação histórica pela escravidão, políticas de segregação e consequências do racismo ao longo dos anos. Um fundo formado por doações comunitárias e 3% da receita do imposto da maconha recreativa, legalizada em Illinois, vai distribuir US\$ 25 mil por família afrodescendente e US\$ 10 milhões por 10 anos. O conceito de reparação se impõe, portanto, como meio de restaurar os direitos humanos e as liberdades fundamentais atingidos pela escravidão e pelo tráfico de seres humanos escravizados, que Durban considerou crimes contra a humanidade e reconheceu em africanos e afrodescendentes as vítimas. Assim, a partir do exposto, penso ser urgente a criação de um fundo mundial de reparação da escravidão que incorpore, como princípio fundamental, a destinação direta e prioritária aos países e regiões com maior população de afrodescendentes do mundo e, proporcionalmente, à sua exposição ao tráfico de seres humanos escravizados. Durban apelou aos Estados envolvidos para honrarem a memória das milhões de pessoas escravizadas como um meio de reconciliação e cura, contribuindo para restaurar a dignidade das vítimas por meios apropriados no presente. Vamos atender esse apelo?